DIARIO DE LISBOA Lisboa	25. JUL. 1979
DIARIO DO MINHO Braga	
O JORNAL da EDUCAÇÃO	

Política - Professores
Univ. Porto

SANEAMENTOS NA UNIVERSIDADE DO PORTO

DOCENTE DA FACULDADE DE ENGENHARIA AFASTADO PELO "CONSELHO CIENTÍFICO"

Recorrendo aos mesmos métodos e disfarçando com a invocação de preceitos ainda em vigor, apesar de fundadamente desacreditados e contestados, prepara-se um novo «saneamento» na Universidade do Porto, desta vez na Faculdade de Engenharia, sendo visado o eng.º Oliveira Dias, que há 17 anos ali exerce a sua actividade docente e de investigação. Tal facto, na esteira do sucedido na Faculdade de Letras contra o dr. Alberto Martins, como noticiámos, foi denunciado ontem em conferência de imprensa dada por delegados e Comissões Sindicais de quatro escolas superiores do Porto (Engenharia, Letras, Instituto de Engenharia e Belas-Artes) a propósito de um problema que continua a ser fonte de grandes preocupações para os docentes — o da sua situação profissional. O «caso» agora surgido com o eng.º Oliveira Dias foi abordado, quer pelo que à sua situação concreta diz respeito, quer pelo seu enquadramento nos processos que regem a actividade profissional dos docentes do Ensino Superior.

Assim, afirmam aquelas estruturas sindicais, para o «saneamento» do eng.º Oliveira Dias, pelo «conselho científico» que é feito também pela cómoda via da não renovação do contrato, invoca-se o não ter requerido provas de doutoramento até ao mês em curso. Os delegados sindicais afirmam, todavia, que a legislação invocada não se aplica aos «equiparados a assistentes» (como é a situação do eng.º Oliveira Dias), mas sim «exclusivamente aos assistentes». Afirmam-se, por outro lado, que «é manifestamente um acto de clara injustiça, quer sob o ponto de vista sindical, quer profissional, quer humano, ser possível o despedimento, como se fosse por justa causa, de um trabalhador ao fim de 17 anos de bom e efectivo serviço e, neste caso, por razões estranhas às suas obrigações contratuais», sendo igualmente notório que a exi-

gência de doutoramento «não é de modo nenhum compatível com a reconhecida falta de condições para a sua realização» que afecta inúmeros docentes prestes a terminar os seus prazos pelo facto de não existir «qualquer planificação global que pudesse conduzir à sua realização». Daí que os delegados sindicais classifiquem de «preocupante o clima de instabilidade» vivido pelos docentes, agravado pela possibilidade de os seus contratos serem injustamente denunciados pelas «bolas pretas» que os membros dos «conselhos científicos» introduzem em votações secretas a coberto de qualquer fundamentação e contestação e que «assim por vezes o carácter claramente persecutório de docentes que se têm destacado na defesa da democracia na vida das escolas».

RENOVAÇÃO DE CONTRATO: EUFEMISMO PARA DISFARÇAR INTENÇÕES

O enquadramento do actual caso do eng.º Oliveira Dias na situação profissional poder ser feito (e foi feito) pelo historiar das atitudes concretas dos «conselhos científicos» nesta questão da «não renovação do contrato» que, como se constata, cada vez é mais um eufemismo para disfarçar intenções que se descortinam. As Comissões Sindicais daquelas quatro escolas referem o que se passou com o dr. Alberto Martins e, agora, com o eng.º Oliveira Dias e citam um caso curioso, «particularmente esclarecedor» do que são essas

votações secretas que «envolvem questões tão sérias como o futuro profissional das pessoas». Sucedeu com a eng.ª Elisa Costa. A sua votação (renovação do contrato) começou por 5 votos a favor, 5 contra e duas abstenções. Dado o empate repetiu-se e deu, de seguida, este resultado: 9 a favor, 2 contra e 1 abstenção...

Estes casos, aliás, só não são caricatos e indignos, pela mentalidade que põem a nu e pelo local onde se passam porque efectivamente acontecem e interferem com as questões sérias que as Comissões Sindicais apontaram. O que a crescente se já não fazem pela primeira vez. Ainda não há muito, como também noticiámos

desenvolvimentos, denunciaram as situações «aberrantes» (por exemplo o projecto a que se refere o Despacho 81/79) de os docentes sofrerem um tratamento discriminatório, que não vigora para os restantes trabalhadores portugueses, que é o de permanecerem «com vinculação contratual a prazo durante anos». As Comissões Sindicais, reportando-se aos casos concretos e ao seu circunstancialismo, particularmente ao do eng.º Oliveira Dias, «despedido, ao fim de 17 anos de bom e efectivo serviço, com cobertura legal», apelam para a A. R. no sentido de corrigir esta situação que vem sendo denunciada pelos sindicatos do sector e por assembleias de docentes do ensino superior.